

# ELEIÇÃO SINPRO MACAÉ E REGIÃO

Triênio: 2024 - 2027

## NOMINATA DA CHAPA

### CHAPA 01

**"DIGNIDADE PARA QUEM EDUCA,  
MAIS AINDA PARA QUEM LUTA!"**

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

**PRESIDENTE:** Guilhermina Luzia da Rocha

**VICE-PRESIDENTE:** Ivânia Ribeiro Silva

**SECRETÁRIO:** Renata Reis Fernandes

**TESOURARIA:** Rosaldo Bezerra Peixoto

**2º TESOURARIA:** Rosilene do Carmo Macedo Conceição

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:** Cesar Gomes Araujo

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:** Fábio Silva da Rocha

#### SUPLENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA:

**1º SUPLENTE:** Marina de Cristo Góes

**2º SUPLENTE:** Valéria Corrêa da Silva

**3º SUPLENTE:** Paulo Sérgio Pereira Neves

#### CONSELHO FISCAL:

**1º TITULAR:** Laís dos Santos Freitas de Almeida

**2º TITULAR:** Dulce Helena do Nascimento Francisco

**3º TITULAR:** Aline Coutinho Nunes Parrini Apolinário

#### SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

**1º SUPLENTE:** Everaldo Reis dos Santos

**2º SUPLENTE:** Paulo Roberto Soares

#### FEDERAÇÃO

**1º TITULAR:** Eduarda Rezende Caillava Gomes

**2º TITULAR:** Felipe Antunes de Oliveira

#### SUPLENTE

Jean Cerqueira

**SINDICATO DOS PROFESSORES DE MACAÉ E REGIÃO**

# ELEIÇÃO SINPRO MACAÉ E REGIÃO

**GESTÃO: 2024-2027 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2024**

A Chapa 1 tem o compromisso de lutar com você e por você, professor(a)!

O Brasil precisa caminhar para se construir sobre os valores sólidos da democracia, para reerguer a economia, para reerguer seu povo, para a retomada de direitos e dignidade, e para a diminuição do abismo social. Entra em pauta a reorganização do mundo do trabalho, com a necessidade do fortalecimento das organizações sindicais e da luta pela revogação de leis que foram extremamente prejudiciais às classes trabalhadoras nesses últimos anos. As entidades sindicais devem ter consciência de todo o peso que se impôs sobre o povo brasileiro, sobre os (as) trabalhadores(as), e os desafios que ainda precisam ser superados.

É preciso ressignificar a esperança: mobilizar a categoria e lutar coletivamente pela mudança!

É com essa clareza que apresentamos para apreciação e voto dos(as) professores(as) do setor privado de Macaé e Região a Chapa 1 - "DIGNIDADE PARA QUEM EDUCA, MAIS AINDA PARA QUEM LUTA!", para dirigir o Sinpro Macaé e Região nos próximos 3 anos. Sabemos que a situação dos(as) trabalhadores(as) no mundo nunca foi fácil. A exploração do trabalho para gerar grandes lucros e fortunas a uma parcela mínima de proprietários dos meios de produção sempre foi a tônica das relações de trabalho no mundo capitalista. Em se tratando da Educação, os desequilíbrios se acirraram. Grandes conglomerados empresariais obtêm lucros mais exorbitantes a cada ano. E nós, professores(as), que de fato somos a força motriz do processo educacional, somos cada vez mais explorados(as) e temos nossos direitos atacados constantemente, sem nenhuma valorização ou respeito. Somos vistos como custo!

Duas situações colaboraram para o quadro. A Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, trouxe profundas perdas às classes trabalhadoras: contratos sem segurança, direitos excluídos e trabalhadores(as) em desalento. Já a pandemia de Covid-19 - que vitimou no Brasil mais de 700 mil pessoas - atingiu em cheio a Educação, ocasionando perdas cujo tempo que se levará para recuperar é incerto. Além das diferenças estruturais escancaradas, que prejudicaram o acesso às aulas, se intensificou o processo de exploração do trabalho do(a) professor(a), aumentando suas tarefas e gerando sobrecarga de

trabalho. A casa de cada professor(a) "tornou-se a escola" durante um longo período, impondo uma invasão em suas vidas privadas, um ritmo de trabalho extenuante, o uso de uma infraestrutura particular (materiais, computadores, luz, internet), o adoecimento psicológico, a incerteza quanto ao futuro e, também, riscos físicos e ergonômicos. A pandemia acabou, mas essas novas formas de trabalho se consolidaram.

Sendo eleitos, os (as) integrantes da Chapa 1 terão a responsabilidade de enfrentar as diferentes e exaustivas condições laborais e de vida dos(as) professores(as) do setor privado de ensino no estado, lutar pela valorização do(a) trabalhador(a) das escolas privadas e pela qualidade de vida e condições de trabalho digna para a nossa categoria. Caberá à nova diretoria do Sinpro Macaé e Região, eleita em novembro de 2024 para a gestão 2024/2027, grandes desafios: enfrentar o avanço dos grandes grupos na educação e a lógica da mercantilização que desvaloriza o(a) trabalhador(a); avançar na representação da categoria nas negociações coletivas; e lutar pela retomada e avanço nos direitos dos(as) trabalhadores(as) docentes. A Educação se faz com relações saudáveis para o ensino e aprendizagem e para o(a) trabalhador(a). Se faz com união e com a convicção de que a educação não é uma mercadoria, e sim, um direito de todos e todas. Se faz humanizando o processo e valorizando trabalhadores(as)!

**CONTAMOS COM O SEU VOTO!**



# APRESENTAÇÃO DA CHAPA 1

**18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2024**



# PLANO DE LUTAS

A **CHAPA 1 "DIGNIDADE PARA QUEM EDUCA, MAIS AINDA PARA QUEM LUTA!"** se compromete a:

- Defender o direito à desconexão: lutar contra a sobrecarga de trabalho e jornadas exaustivas e extenuantes fora da sala de aula, e contra o uso indiscriminado de meios informatizados da instituição e atendimentos por redes sociais e demais mídias, visando preservar o lazer e descanso do professor;
- Lutar pelo aumento do adicional extraclasse considerando a nova realidade e o crescimento das tarefas associadas ao fazer docente;
- Orientar os(as) professores(as) quanto às situações que ensejam o direito às horas extras e tomar todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, caso haja descumprimento desse direito;
- Promover a cultura e o lazer, proporcionando espaços de convivência com exibição de filmes, rodas de conversa e outras atividades correlatas;
- Cobrar o cumprimento da lei da CIPA e a implementação de um programa de saúde do trabalhador a ser desenvolvido em cada instituição de ensino privado com a participação dos(as) trabalhadores(as), considerando os riscos laborais físicos e especial atenção à saúde mental;
- Lutar para que o empregador forneça todo o material de trabalho ergonomicamente adequado aos professores tanto para os trabalhos presenciais como remotos, telepresencial ou EaD, como: computador (desktop ou notebook), impressora, apoio técnico (manutenção), plataforma, rede mundial de computadores (internet) e outros;
- Lutar pela defesa de uma educação crítico-científica e democrática, pela liberdade de cátedra e autonomia docente conforme art. 206 da Constituição Federal de 1988 "II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;";
- Cobrar do governo o não repasse de programas de auxílio às IES privadas (FIES, ProUni, etc.) que estiverem em descumprimento trabalhista ou sem quitação de obrigação trabalhista já conquistada na Justiça do Trabalho;
- Defender e lutar pela valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação com a garantia de condições de trabalho, salário, formação

inicial e continuada, plano de carreira e relações democráticas na escola;

- Cobrar do governo a fiscalização das IES, proibindo o funcionamento de cursos e instituições que não cumprirem as exigências legais previstas, em especial o Plano de Carreira, com a obrigatoriedade de publicação em site da IES da listagem dos(as) professores(as) e seus respectivos títulos para aprovação e fiscalização do Ministério da Educação (MEC);
- Lutar pela implementação da carreira docente no setor privado, com adoção dos parâmetros básicos para elaboração, enquadramento e promoção dos docentes, levando em conta tempo de serviço e titularidade;
- Lutar pelo incentivo à formação permanente e ao aperfeiçoamento acadêmico com a concessão de licenças com vencimentos e de bolsas para a realização de cursos de graduação, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado para todos(as) os(as) trabalhadores(as) da educação;
- Defender os direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e sindicais para os(as) trabalhadores(as) da educação e a revogação dos retrocessos impostos pela Reforma Trabalhista de 2016 e pela Reforma Previdenciária de 2018;
- Cobrar do parlamento e do governo federal o retorno da ultratividade das normas coletivas de trabalho, visando a assegurar os direitos conquistados;
- Cobrar do governo a regulação da educação à distância e a revisão da permissão de 40% de aulas remotas dentro dos cursos de educação superior presenciais;
- Lutar junto ao governo federal pela regulamentação do ensino privado, com exigências legais idênticas às impostas à rede pública, e a devida instituição do Sistema Nacional de Educação;
- Combater o crescimento desenfreado da financeirização do ensino e os interesses do setor privatista de educação;
- Combater efetivamente a privatização da educação básica, que se dá através das parcerias, escolas charter e sistema de vouchers com a defesa de que dinheiro público

é para educação pública;

- Exigir dos donos de escolas o respeito à resolução do Conselho Nacional de Educação, que limita o número de alunos por turma, e fazer pressão sobre as Casas Legislativas para criarem leis municipais e/ou estaduais, preservando a saúde do professor e a qualidade do ensino;
- Lutar por uma rigorosa regulação e fiscalização no papel das fundações educacionais, exigindo transparência de suas contas, projeto acadêmico e representação em seus órgãos de gestão. Exigência também de autonomia financeira e acadêmica dos mantidos em relação às mantenedoras;
- Defender a obrigatoriedade de políticas de assistência estudantil nas instituições privadas como forma de acesso à educação superior;
- Debater e lutar pela gestão democrática, com efetiva participação dos(as) docentes, técnicos(as) administrativos e os(as) discentes nos órgãos colegiados dirigentes nas universidades, centros universitários, faculdades e demais instituições de educação superior;
- Exigir transparência nas contas das IES, especialmente àquelas que se beneficiam de isenções pela filantropia ou através dos programas de bolsas de estudos (FIES e ProUni);
- Exigir junto aos governos e patrões o cumprimento da Constituição Federal de 1988, da LDB de 1996 e de todas as leis e dispositivos legais concernentes à educação no Brasil e à regulamentação do trabalho;
- Lutar pela liberdade de organização dos(as) estudantes, técnico-administrativos e professores(as);
- Defender a ampliação da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada;
- Defender o orçamento participativo nas universidades públicas e privadas;
- Defender a democratização ao acesso das camadas e grupos sociais da população prejudicadas por séculos de exclusão social, especialmente afrodescendentes, indígenas, cidadãos e cidadãs de baixa renda e Pessoas Com Deficiências (PCDs);
- Defender o controle social, com participação da comunidade acadêmica e científica, na criação, extinção e alteração de cursos e currículos que devem ser adaptados às necessidades regionais;
- Lutar contra toda forma de violência, inclusive a misoginia, pela erradicação da violência e assédio moral no trabalho em consonância com a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## A DIRETORIA ELEITA REPRESENTARÁ A CATEGORIA, ATRAVÉS DO SINPRO MACAÉ E REGIÃO, DURANTE O MANDATO 2024-2027, COM BASE EM QUATRO PRINCÍPIOS:

**TRANSPARÊNCIA DE GESTÃO** – Garantia da participação e do pleno acesso da categoria às decisões e ações da Diretoria, tanto do ponto de vista político quanto nos aspectos administrativos e financeiros do sindicato.



**VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA** – Construção de estratégias transformadoras e potencializadoras de combate a todas as formas de dominação, exploração, exclusão e violência sofridas pela classe trabalhadora e pelas camadas mais vulneráveis da população.



**DIREITO À EDUCAÇÃO** – Defesa permanente da Educação de qualidade como um direito constitucional de todos e um dever de Estado: tratamento do ensino privado como uma concessão que deve ser regulada pelo poder público.

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL** – A partir da união solidária e participação coletiva da categoria, lutar por condições justas e dignas de trabalho e salário, pela valorização da formação inicial e continuada de professores e professoras e pela liberdade de expressão, em especial na prática cotidiana da docência no processo de ensino-aprendizagem.